



Atenção máxima para risco de corrupção nas privatizações

Autarquias e partidos estão na lista das prioridades de Oliveira Martins para o próximo ano

— ANA PAULA CORREIA
— apc@jn.pt

Não facilitar é a determinação do Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC) no acompanhamento que assume como prioritário do processo de privatizações. A garantia foi dada ontem, no Dia Internacional Contra a Corrupção, por Guilherme d'Oliveira Martins.

“Numa situação de crise é indispensável que não facilitemos. Nada. É essencial que o interesse nacional seja salvaguardado, que a lei seja cumprida e que não haja qualquer dúvida em relação à correcção do processo de privatizações.”

Com esta determinação, o presidente do CPC, Guilherme d'Oliveira Martins, anunciou “o acompanhamento muito rigoroso do processo de privatizações na prevenção de risco da corrupção”. Daí que o acompanhamento por parte do Conselho, em conexão directa com o Tribunal de Contas, órgão que também é presidido por Oliveira Martins, tenha de ser “escrupuloso e sistemático”.

Esse trabalho, garantiu o presidente do CPC, está a ser feito desde já, num quadro de uma preocupação de assegurar a “defesa do interesse nacional. Numa situação difícil em termos económico-financeiros, como a que o país atravessa, Oliveira Martins alertou para a necessidade de ser acautelada “toda a transparência” dos processos de privatizações.

No final da reunião do Conselho, que assinalou o Dia Internacional Contra a Corrupção, instituído em 2003, na chamada



Guilherme d'Oliveira Martins alertou para o risco de corrupção que pode existir nos processos de privatizações previstos

Conselho estará particularmente atento em 2012 aos planos de geminação de autarquias

Convenção de Mérida das Nações Unidas, Oliveira Martins falou das outras prioridades para 2012 (ler caixa) e que passam por fazer cumprir as recomendações do GRECO (Grupo dos Países Con-

tra a Corrupção do Conselho da Europa) no que respeita à transparência no financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais. Acresce a esta a atenção permanente às situações de registo de interesses.

Ao ser questionado sobre o conteúdo das propostas do PS (ler rodapé) sobre o acompanhamento das privatizações e o financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais, Oliveira Martins optou por não comentar, di-

zendo apenas que, para o Conselho, todas as iniciativas são boas “desde que a transparência seja salvaguardada e desde que o cumprimento escrupuloso da lei seja garantido”.

Na lista das prioridades está em particular destaque a que se relaciona com a actividade autárquica. Neste âmbito, o presidente do CPC deu conta aos jornalistas do resultado da análise das “zonas de risco”, que permitiu aos conselheiros concluírem pela necessi-

➤ Cinco prioridades

PRIVATIZAÇÕES

Acompanhamento “muito rigoroso” do processo de privatizações.

PARTIDOS

Garantir o cumprimento “escrupuloso” das recomendações do grupo GRECO no que respeita ao financiamento dos partidos e das campanhas eleitorais.

CONFLITOS DE INTERESSE

Essencial que a regra seja a da transparência em todos os casos de ocupação de cargos públicos.

FORMAÇÃO CÍVICA

Formação cívica com a introdução do tema nos programas escolares.

AUTARQUIAS

Geminação das autarquias será acompanhada numa lógica de prevenção de riscos.

dade de serem particularmente acompanhados os processos de geminação de autarquias.

Sem querer falar em exemplos concretos, embora seja do conhecimento público o que consta do processo judicial que envolve Isaltino Morais e a geminação de Oeiras com São Vicente, em Cabo Verde, Oliveira Martins adiantou que “muitas vezes há planos de geminação que têm de ser acompanhados, porque há risco relativamente a este tipo de acordos”. ■